



Despacho	Protocolo		
		PROJE	TO DE LEI
27 DESPACHO Recebido nesta data Registra-se, autue-se. Inclua- Pauta, para os efeitos do artigo 132 do regime Sala das Sessões.	se em interno.	N^o	/2025.
PRESIDENTE EXE	CUTIVO – MENSAGEM N	° 125 /	2025.

PROJETO DE LEI Nº

DE

DE

DE 2025.

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a doar o ar imóvel que especifica ao Município de Colíder/MT, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Colíder/MT uma área de 1.598 m² (um mil, quinhentos e noventa e oito metros quadrados), de propriedade do Estado de Mato Grosso, localizada na Avenida Vereador José Luiz Da Silva, Centro, em Colíder/MT e devidamente matriculada no 1º Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Colíder/MT sob o nº 19.241.

Parágrafo único A área servirá, exclusivamente, para abrigar unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Mato Grosso – SENAI/MT no Município beneficiado.

Art. 2º Ficam vedadas, sem a autorização do Estado de Mato Grosso, a mudança ou alteração da destinação do imóvel a que se refere o artigo anterior e a alienação do imóvel.





Parágrafo único O descumprimento do estabelecido no *caput* deste artigo implicará em reversão do imóvel ao patrimônio do Estado de Mato Grosso.

- Art. 3º A área de que trata o art. 1º foi avaliada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG, no valor total de R\$ 2.106.865,04 (dois milhões, cento e seis mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quatro centavos), conforme Laudo de Avaliação, juntado ao Processo Administrativo SEPLAG-PRO-2025/11223.
- **Art. 4º** Para a formalização da presente doação fica dispensada a realização do procedimento de dispensa de licitação de que trata o art. 40, inciso VII, alínea "c", da Lei nº 11.109/2020.
- **Art. 5º** Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Procuradoria Geral do Estado realizar as providências necessárias à efetivação da doação de que trata esta lei.
 - Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás em Cuiabá, 5 de **setembro** de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

MAURO MENDES
Governador do Estado





MENSAGEM Nº 125, DE 5 DE SETEMBRO DE 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores e Senhora Parlamentares,

No exercício da competência estabelecida no artigo 39, parágrafo único, inciso II, alínea "d", da Constituição do Estado de Mato Grosso, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à apreciação desta Casa de Leis, o Projeto de Lei anexo, que "Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Colíder/MT, e dá outras providências".

A presente proposta tem como objetivo possibilitar a doação de área de imóvel de domínio do Estado de Mato Grosso para o Município de Colíder/MT, destinado à instalação de uma unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Mato Grosso – SENAI/MT, com o objetivo de promover a qualificação profissional, avanço tecnológico, de forma a impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da comunidade, de empregos e aumento de fontes geradoras de renda.

Com efeito, a doação de imóveis públicos encontra-se disciplinada pelo art. 76 da Lei nº 14.133/2021, que, em suma, estabelece como requisitos: a existência de interesse público devidamente justificado e de avaliação prévia; autorização legislativa; e que a doação seja realizada exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera do governo.

Por sua vez, a Lei Estadual nº. 11.109/2020, com vistas a garantir o melhor uso dos bens imóveis públicos, dispõe sobre a gestão patrimonial da Administração Pública do Estado de Mato Grosso, tratando em seus artigos 40 e 43 da alienação de bem imóvel, prevendo o instituto da doação, estabelecendo os requisitos e os procedimentos para tanto.

Os requisitos para a doação foram devidamente preenchidos nos autos dos processos administrativos SEPLAG-PRO-2025/11223 e SEPLAG-PRO-2025/06553, conforme atestado pela Procuradoria Geral do Estado no Parecer nº 581/SGACI/PGE/2025, a exceção da autorização legislativa.

Assim, está pendente a autorização legislativa para o prosseguimento dos demais atos e procedimentos administrativos para realização e formalização da doação. Nesse sentido, dispõe a Constituição do Estado de Mato Grosso que cabe à Assembleia Legislativa autorizar doações, nos termos do art. 25, X, alínea "b".





Dessa forma, considerando que a ausência de uma lei autorizativa é uma questão que atualmente impede a doação da área de imóvel de domínio do Estado de Mato Grosso para o Município de Colíder/MT e que, por consequência, obsta a implantação do SENAI/MT na localidade, promovendo a capacitação, a geração de empregos e aumento da renda na região, sendo tais atividades de interesse público, forçoso reconhecer a relevância e necessidade da propositura em questão.

Essas são as razões que me conduzem a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, contando, como de costume, com a colaboração de Vossas Excelências para sua célere aprovação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 5 de setembro de 2025.

MAURO MENDES

Governador do Estado





OFÍCIO/GG/ 126 /2025-SAD.

Cuiabá, 5 de setembro de 2025.

Na 9xssão da:

12037

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual **MAX RUSSI**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Edifício Governador "Dante Martins de Oliveira"

Nesta.

Senhor Presidente.

Submeto à qualificada apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa a MENSAGEM Nº 125 /2025, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Colíder/MT, e dá outras providências".

Atenciosamente,

Em 10

MAURO MENDES

Governador do Estado

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

PRESIDÊNCIA

PROTOCOLO
Recebi em: 08/09/25 Horário: 16:04

Ass: Zoou